

Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia da Associação Brasileira de Antropologia
Relatório de atividades 2021 – 2022

Em atenção ao pedido da Diretoria da ABA, segue uma síntese das atividades da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia (CEC&T) que, na última gestão, foi integrada por:

Alexandre Ferraz Herbetta (UFG)
Carla Ramos Munzanzu (Ufopa)
Edilma do Nascimento Souza (Univasf)
Flávia Ferreira Pires (UFPB)
Guillermo Vega Sanabria (UFBA, Coordenador)
Luiz Alberto Alves Couceiro (UFMA)
Sônia Beatriz dos Santos (UERJ)
Suzana Cavalheiro de Jesus (Unipampa)

As atividades tiveram como ponto de partida o Plano de Trabalho apresentado à Diretoria da ABA em abril de 2021. Contudo, outras atividades foram incluídas ao longo desse tempo, em virtude de demandas e situações novas. Em geral, tais atividades podem ser agrupadas conforme as seguintes linhas de ação: 1) Educação superior e ações afirmativas, 2) Impacto da pandemia de Covid-19 na educação, 3) Defesa e valorização da educação e do sistema nacional de ciência e tecnologia, 4) Ensino e aprendizagem de antropologia.

1) Educação superior e ações afirmativas.

As atividades do primeiro semestre de 2021 iniciaram-se com a formulação da proposta e planejamento do **“Ciclo de debates “A educação em movimento”**, que ocorreu por meio de quatro webinários, como detalhado abaixo. O Ciclo foi originalmente submetido ao edital da 2ª Campanha pela Erradicação do Racismo no Ensino Superior, da Cátedra UNESCO Educação Superior e Povos Indígenas e Afrodescendentes na América Latina (ver documentos anexos)¹.

¹ Agradeço a Sônia Beatriz dos Santos e Alexandre Herbetta, membros da CEC&T, sua valiosa ajuda na preparação

Mesmo não tendo sido selecionada para fazer parte da Campanha, a Comissão levou adiante a proposta, colocando no centro da reflexão do Ciclo a educação para populações em situação de itinerância, as ações afirmativas e o racismo vivido no universo docente e no universo discente de diferentes Instituições de Educação Superior (IES) no Brasil. As pessoas convidadas a compor as quatro mesas virtuais estavam vinculadas aos campos da educação cigana, escolar indígena, quilombola, educação das relações étnico-raciais e educação do campo.

Webinário 01: “Educação para populações em situações de itinerância”, realizado em 24 de setembro de 2021. Coordenação/mediação: Suzana Cavalheiro de Jesus e Edilma do Nascimento Souza (CEC&T). Palestrantes: Jucelmo Dantas (cigano calon, UEFS), Marcilânia Alcântara (cigana calon, professora do Ensino Básico), Isabela Camini (educadora e pesquisadora das escolas itinerantes no Rio Grande do Sul) [https://www.youtube.com/watch?v=PB6LefPuSj0&ab_channel=TVABA]².

Webinário 02: “Racismo e/no Ensino superior: cotidiano, experiências e desafios sob a perspectiva docente”, realizado em 22 de outubro de 2021. Coordenação/mediação: Sônia Beatriz dos Santos e Edilma do Nascimento Souza (CEC&T). Palestrantes: Zélia Amador de Deus (UFPA), Ana Claudia Gomes (UNILAB), Rosilene Cruz de Araújo (Rosilene Tuxá, UNIFAP), Joziléia Daniza Jagso Kaingang (UFSC), Aluízio de Azevedo Silva Júnior (FIOCRUZ/MS) e Claudia Nunes Santos (UFS) [https://www.youtube.com/watch?v=vvziHCZQp0Q&ab_channel=TVABA].

Webinário 03: “Relações entre os PPGAS e as ações afirmativas no Brasil”, realizado em 11 de novembro de 2021. Coordenação: Alexandre Herbetta (CEC&T). Palestrantes: José Jorge de Carvalho (UnB), Marta Quintiliano (doutoranda UFG), Joelma Antunes (doutoranda UFBA), Felipe Sotto Maior Cruz (Uneb) [https://www.youtube.com/watch?v=ci6uaSP0z24&ab_channel=PPGASUFGOficial].

Webinário 04: “Racismo e/no Ensino superior: cotidiano, experiências e desafios sob a

deste relatório.

² Todos os links aqui incluídos foram acessados e encontravam-se disponíveis no mês de janeiro de 2023.

perspectiva discente”, realizado em 12 de novembro de 2021. Coordenação: Sônia Beatriz dos Santos e Edilma do Nascimento Souza (CEC&T). Palestrantes: Bruna Vaz (PPGA/UFPA e ABIA), Edilene Alves (Pedagogia/Unicamp), Larisse Pontes (PPGAS/UFSC), Maria Jane Soares (ASCOCIC; CEP-IR-PB; COEPIR-CE; CNPIR; CNPCT; CONSEPIR-RR), Suênia Soares (PPGSC/UFPB) e Urânia Munzanzu (PPGA/UFBA) [https://www.youtube.com/watch?v=HaRsp8rn37Y&ab_channel=TVABA].

A propósito do teor das reflexões emanadas destes eventos, transcrevo aqui um trecho da síntese feita por Alexandre Herbetta, acerca do webinar 03:

Percebemos em primeiro lugar a complexidade das referidas políticas, o que elas acessam e como causam impactos. Falamos, então, sobre alguns dos temas afins, como o sofrimento psíquico decorrente de um espaço que permite o acesso, mas que impõe práticas ainda baseadas em um racismo epistêmico, o que dificulta a permanência de estudantes. Ressaltamos práticas como: 1) a hegemonia da escrita em detrimento da oralidade, 2) a hegemonia da língua portuguesa em detrimento de línguas originárias, 3) a hegemonia de uma matriz curricular totalmente centrada em conhecimentos eurocentrados em detrimento de um sem número de contribuições e reflexões geradas a partir de outras epistemologias, 4) a imposição de tempos e rotinas administrativas que nem tomam em consideração outros contextos, como o de estudantes que vivem em territórios originários, para dar um exemplo, 5) a falta de preparo e formação de toda a comunidade acadêmica para o tema da diferença, o que gera um sem número de situações de discriminação em relações interpessoais no âmbito da universidade e 6) a falta de ações que criem espaços de convivência intercultural, pautados na noção de coletivo.

Note-se que em nenhum momento se foi contra a escrita, o idioma português e autores eurocentrados, de uma maneira dicotômica, mas, sim, ao contrário, se pensou nas razões por trás do fato de que há uma hegemonia de um sobre o outro, uma imposição de práticas que ainda excluem, como se pensa no campo da interculturalidade crítica. Pensamos também na possibilidade ou não de um espaço acadêmico pautado na ecologia de saberes. Propusemos um manifesto para uma ampla mudança curricular nos PPGAS. Enfatizamos bastante a violência epistêmica por trás de uma formação quer seja de graduação ou de pós-graduação que tem apenas como base saberes eurocentrados e questões distantes dos contextos locais brasileiros. Discutimos também a situação absurda de não haver docentes indígenas, negrxs, negrxs quilombolas, ciganxs nos departamentos de antropologia, sendo tais grupos sempre temas centrais do campo de saber referido.

Falamos, igualmente, da importância dos espaços dos PPGAS no contexto, ressaltamos como são os lugares que normalmente, nas universidades, propõem ações e problematizações que buscam avançar nos temas elencados acima. Identificamos mudanças interessantes no perfil discente, avanços pontuais em mudanças em matrizes curriculares, problematizações de práticas pedagógicas e métodos investigativos, ações para apoio ao longo da trajetória acadêmica, as quais têm a ver com o acesso a bolsas, mas não se esgotam aí e, falamos também, da ainda enorme dificuldade em uma mudança no perfil docente, de modo a se ter docentes provenientes de outros contingentes populacionais. Nos baseamos especialmente nas experiências apresentadas dos PPGAS da UFG, Unb, UFBA.

Ressaltamos, por fim, a relação fundamental, no momento, entre os PPGAS e os Cursos de Educação Intercultural Indígena, espaços que pensam a universidade junto a outras epistemologias. Percebemos que as propostas elencadas, os temas debatidos, e as ações propostas partem muitas vezes das dinâmicas presentes nestes cursos. Entendemos, então, a necessidade de haver ações que vinculem e articulem tais lugares para a potencialização das ações.

Por fim, nos mostramos preocupados com o cenário de ataque às políticas educacionais atuais e defendemos veementemente a manutenção, refinamento e intensificação, desde uma perspectiva epistemológica e política, das políticas de ação afirmativa. Concluímos que é necessário uma transformação estrutural da universidade, que passe a levar em consideração os modos próprios de ser de outras populações, epistemológica, cultural e socialmente diferenciadas, para um projeto de uma sociedade mais justa, democrática e sustentável.

No segundo semestre de 2021, a CEC&T organizou e coordenou um **grupo de trabalho *ad hoc*** para tratar, numa série de reuniões junto a outros comitês e comissões da ABA, dos Projetos de Lei que até hoje tramitam no Congresso Nacional visando a revisão da Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. O Art. 7º dessa norma, também conhecida como **“Lei de cotas”**, estabelece que “no prazo de dez anos a contar da data de publicação desta Lei, será promovida a revisão do programa especial para o acesso às instituições de educação superior de estudantes pretos, pardos e indígenas e de pessoas com deficiência, bem como daqueles que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas” (redação dada pela Lei nº 13.409, de 2016). O resultado dessas reuniões, no intuito de subsidiar as contribuições da ABA neste sentido, foram oportunamente compartilhadas com os associados da ABA por meio de notícias que apareceram no Informativo da Associação como segue:

Relatório da reunião online dos Comitês e Comissões da ABA, realizada no dia 08 de setembro de 2021 [http://www.abant.org.br/files/20210914_6140949c90d46.pdf].

Relatório da reunião online dos Comitês e Comissões da ABA, realizada no dia 24 de setembro de 2021 [http://www.abant.org.br/files/20211028_617aa8a60da70.pdf].

Relatório da reunião online dos Comitês e Comissões da ABA, realizada no dia 22 de outubro de 2021 [http://www.abant.org.br/files/20211028_617aa8d5ed694.pdf].

Relatório da reunião online dos Comitês e Comissões da ABA, realizada no dia 19 de novembro de 2021 [http://www.abant.org.br/files/20211123_619d05c8c0776.pdf].

Além da discussão coordenada, envolvendo diversas comissões e comitês da Associação, outro resultado concreto desse trabalho, foi a produção da **“Nota Técnica da ABA sobre as ações afirmativas consignadas na Lei 12.711 de agosto de 2012 e atualizada pela Lei 13.409 de dezembro de 2016”** [http://www.abant.org.br/files/20211210_61b385d247d26.pdf].

Esse documento subsidiou a participação da Diretora da ABA, Profa. Luciana Dias (UFG), na **audiência pública convocada pela Comissão de Educação, Cultura e Esportes do Senado Federal**, em 10 de dezembro de 2021 [ver a íntegra da audiência em <https://www12.senado.leg.br/ecidadania/visualizacaoaudiencia?id=22528>].

Após a audiência no Senado Federal, representantes das comissões e comitês da ABA, assim como outros associados com interesse no tema, continuam, até hoje, a trocar informações a respeito deste assunto num **grupo de WhatsApp**, criado especificamente com este propósito, cujo link de acesso é: <https://chat.whatsapp.com/HIL8EGBRg598Y6NYILmDBxtendo>.

As reflexões acumuladas pela realização do Ciclo de debates “A educação em movimento” e no grupo de trabalho *ad hoc* sobre a revisão da chamada Lei de cotas foram consolidadas e expandidas no **Simpósio Especial da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia**, organizado em duas partes durante a 33ª Reunião Brasileira de Antropologia. O título do Simpósio foi “**10 anos das ações afirmativas no Brasil: permanência, continuidades e perspectivas na prática de uma antropologia antirracista**”, realizado de 30 de agosto a 01 de setembro de 2022, sob a coordenação de Sônia Beatriz dos Santos, Suzana Cavalheiro de Jesus, Edilma do Nascimento Souza e Carla Ramos Munzanzu. As seis sessões e a roda de conversa que compuseram esta atividade foram:

Parte I:

Sessão 01: “10 Anos das ações afirmativas no Brasil: Impactos e desdobramentos na antropologia”. Participantes: Aluizio de Azevedo Silva júnior (Ministério da Saúde), Carlos Benedito Rodrigues da Silva (UFMA), Gersem José dos Santos Luciano (Gersem Baniwa, UnB). Debatedor: Guillermo Vega Sanabria (CEC&T) [https://www.youtube.com/watch?v=8zydYff3REA&ab_channel=TVABA].

Sessão 02: “Interfaces no ensino da antropologia na emancipação de uma educação antirracista: Educação Básica e Ensino Superior”. Participantes: Felipe Sotto Maior Cruz (UNEB), Flavia Medeiros Santos (UFSC), Tatiane Vieira Barros (IFCE), Debatedor: Messias Moreira Basques Junior (ALARI – Universidade de Harvard).

Sessão 03: “Novos debates e velhos dilemas: Como pensar os avanços das ações afirmativas na popularização, ensino e aprendizagem da antropologia”. Participantes: Ana Gretel Echazú Böschemeier (UFRN), Neusa Maria Mendes de Gusmão (Unicamp), Renata Albuquerque

(Faculdade Cásper Líbero), Sandra Tosta (UFOP). Debatedora: Flavia Pires (CEC&T).

Parte II:

Sessão 01: “As construções de uma Antropologia brasileira antrirracista: as retomadas do fazer, aprender e ensinar antropologia”. Participantes: Alexandra Alencar (UFSC) e Antônia Gabriela Pereira de Araújo (Universidade de Harvard), Debatedora: Joziléia Daniza Jagso Inacio Jacodsen Schild (UFSC).

Sessão 02: “Antropologia no debate transversal da interdisciplinaridade na elaboração de conhecimentos”. Participantes: Célia Regina Xavier de Castro (ILÊ OMIOJUARO), Luane Bento dos Santos (SEEDUC-RJ), Marcilânia Alcântara (SEM/Sousa-PB). Debatedor: Luiz Alberto Alves Couceiro (UFMA).

Sessão 03: “Tessituras das antropologias brasileiras em diálogo com propostas da educação antirracista: Perspectivas sobre as graduações em Antropologia”. Participantes: Antonella Tassinari (UFSC) e Kelly Emanuely de Oliveira (UFPB). Debatedora: Flávia Ferreira Pires (CEC&T).

2) Impacto da pandemia de Covid-19 na educação.

Dentre as atividades organizadas pela ABA durante a 73ª Reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), a CEC&T organizou e coordenou a **mesa-redonda “As escolas e a COVID-19: entre o ‘novo normal’ e as velhas desigualdades”**, realizada em 21 de julho de 2021. A atividade foi mediada por Guillermo Vega Sanabria e contou com a participação de Carla Ramos Muzanzu (pela CEC&T), Silvio Salej Higgins (UFMG) e Maria Elisa Máximo (Faculdade Ielusc) [<https://www.youtube.com/watch?v=qg6IMC0FOPw>].

Igualmente, sob inspiração de uma iniciativa similar levada a cabo em março de 2021 pela *Teaching and Learning Anthropology Network* da Associação Europeia de Antropólogos Sociais (EASA, pela sigla em inglês) – o webinar *Teaching and Learning Anthropology during the Pandemic. Dilemmas, Challenges and Opportunities* –, aconteceu o **evento online**

“Aprendendo e ensinando antropologia durante a pandemia: dilemas, desafios e oportunidades”, em 13 de outubro de 2021. A atividade foi organizada pela CEC&T, em parceria com o Comitê Deficiência e Acessibilidade e a Comissão de Direitos Humanos da ABA. O objetivo era fazer um balanço e promover a troca de vivências e reflexões, bem como de possíveis intervenções, tendo em vista o impacto da pandemia de Covid-19 nos processos pedagógicos próprios da nossa disciplina. O evento contou com comunicações em grupos de trabalho, seguidos por uma plenária, para compartilhamento das principais discussões e eventuais encaminhamentos. Participaram Guillermo Vega Sanabria e Sônia Beatriz Santos na comissão organizadora pela CEC&T [https://www.youtube.com/watch?v=OC-8GfCfJn0&ab_channel=TVABA].

3) Defesa e valorização da educação e do sistema nacional de ciência e tecnologia.

Esta linha de ação supôs, especialmente, um trabalho articulado com outras associações científicas, visando o monitoramento de políticas e a mobilização social perante os contínuos ataques infringidos no último Governo às instituições da ciência, da educação, da arte e da cultura, assim como diante do negacionismo oficial e do desmantelamento do sistema nacional de ciência e tecnologia. Implicou, em particular, a organização e coordenação de atividades acadêmicas numa agenda pública de defesa e valorização da educação e da ciência, destacando o papel das Ciências Humanas, em geral, e da Antropologia, em particular.

Diante do quadro avassalador dos cortes realizados no orçamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a SBPC, em articulação com outras entidades científicas e acadêmicas nacionais, realizou no dia 15 de outubro de 2021 a “**Mobilização em Defesa da Ciência**”. Coincidindo com o Dia do Professor, a ABA participou da Mobilização por meio de suas redes sociais, com vídeos enviados por associadas e associados, tratando deste tema, incluindo a contribuição do coordenador da CEC&T [https://www.youtube.com/watch?v=GJwl6P08IJM&t=17s&ab_channel=TVABA].

Igualmente, a CEC&T organizou e participou da **palestra “Fazer ciência e defender direitos: o valor da antropologia”**, que fez parte da 3ª Jornada de Mobilização em Defesa da Ciência, coordenada pela SBPC e outras entidades científicas e acadêmicas nacionais, em 23 de

novembro de 2021. Palestrantes: Luciana Dias Diretoria da ABA) e Guillermo Vega Sanabria (CEC&T) [https://www.youtube.com/watch?v=Pq7LP71MY24&ab_channel=TVABA].

Como parte da mobilização da SBPC, no contexto do Dia Nacional de “Não aos cortes em Educação e Ciência”, em 21 de junho de 2022, a CEC&T também organizou a **palestra “Contexto do financiamento da educação e da ciência no Brasil”**, que teve como convidado a Gregório Grisa (IFRS) e a mediação de Guillermo Vega Sanabria (CEC&T) [https://www.youtube.com/watch?v=Yfb9KZZdwCY&t=95s&ab_channel=TVABA].

Enfim, no final de 2022, diante do recrudescimento dos cortes ao orçamento da educação e a ciência no país, a Comissão produziu duas declarações: a **“Nota da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia da ABA sobre os sucessivos bloqueios orçamentários nas Instituições Federais de Ensino Superior”**, de 11 de outubro de 2022 [http://www.abant.org.br/files/20221011_6345c84be5301.pdf]; assim como a **“Nota sobre os sucessivos bloqueios orçamentários nas Instituições Federais de Ensino Superior”**³, de 08 de dezembro de 2022 [http://www.abant.org.br/files/20221212_63976a0231162.pdf].

4) Ensino e aprendizagem de antropologia.

As transformações experimentadas pelas IES brasileiras nas últimas duas décadas impactam diretamente nosso diálogo sobre ensino e aprendizagem da nossa disciplina. De um lado, o aumento do número de Programas de Pós-Graduação em Antropologia e de cursos de Ciências Sociais, assim como a criação de graduação em Antropologia após a relativa expansão do sistema de ensino superior, especialmente a partir do início dos anos 2000. Por outro lado, o efeito das ações afirmativas no ensino superior em relação aos alunos provenientes de escolas públicas; no Brasil, isso significa, principalmente, procedentes das classes populares, negros e indígenas. Hoje, segundo números oficiais, mais da metade dos universitários brasileiros são negros, mesmo que as desigualdades persistam. As demandas por uma educação antirracista, atualização do cânone antropológico, pluralidade epistemológica e mais representatividade social estão intimamente associadas a essas transformações. Nesse sentido, cumpre destacar

³ Agradeço, em particular, a Suzana Cavalheiro de Jesus e Alexandre Ferraz Herbetta, membros da CEC&T, pela colaboração na preparação desses documentos.

aqui pelo menos três atividades desenvolvidas pela CEC&T, relacionadas ao ensino e aprendizagem da antropologia neste cenário estimulante.

Primeiro, o lançamento, em 2020, do **Prêmio ABA de Ensino de Antropologia**. Existe uma categoria para o melhor trabalho ou experiência documentada; e outra pela excelência no trabalho docente. O Prêmio surgiu como uma resposta institucional às condições adversas às que nos últimos anos, especialmente durante o último governo, têm sido submetidas as IES do país e, em particular, aos ataques oficiais contra as Ciências Sociais e Humanas. Ao mesmo tempo, o prêmio reconhece os esforços realizados no sentido de repensar o cânone e as práticas pedagógicas na antropologia, em diferentes níveis e instituições educacionais. Não somente no Ensino Superior e nos em cursos de pós-graduação.

Em cumprimento dos objetivos e compromissos do Prêmio, em 2021, concretizou-se a publicação dos trabalhos premiados na primeira edição, por meio de cooperação com a revista *Novos Debates*. Por exemplo, foi publicado o texto “Neusa Gusmão e sua contribuição ao ensino de antropologia no Brasil”; homenagem à agraciada em 2020 na categoria “Excelência no Ensino de Antropologia no Brasil” [<http://novosdebates.abant.org.br/wp-content/uploads/2022/09/PEDAGÓGICAS-Amurabi-Oliveira-revisto-DIAGRAMADO.pdf>].

Igualmente, foi publicado pela mesma revista o artigo “História quilombola no chão. No caminho para o ensino de uma antropologia imersa na vida”, de Rafael Palermo Buti, quem obteve o prêmio na categoria “Melhor Trabalho de Ensino de Antropologia no Brasil” [<https://novosdebates.abant.org.br/v7-n1-2021//>].

Em 2022, avançou-se na consolidação do Prêmio por meio de sua segunda edição no quadro da 33ª. RBA, conforme edital divulgado amplamente [https://www.33rba.abant.org.br/conteudo/view?ID_CONTEUDO=504]. Na categoria “Excelência no Ensino de Antropologia no Brasil” o prêmio foi concedido a Miriam Pillar Grossi (UFSC) pela Comissão Julgadora formada por Luiz Alberto Couceiro (CEC&T, Presidente), Neusa Gusmão (Unicamp) e Andrea Ciacchi (Unila). Na categoria “Melhor Trabalho de Ensino de Antropologia no Brasil”, o Prêmio foi concedido a Messias Basques (Afro-Latin American Research Institute – Universidade de Harvard) pelo trabalho “Vozes Negras na Antropologia”. Também foram concedidas as seguintes menções honrosas: a Juliane Bazzo (UFGD), pelo

trabalho “Experimentos sônicos na pandemia de Covid-19 de uma professora de antropologia nas bordas universitárias” e a Guilherme Rodrigues de Rodrigues (PPGAnt/UFPEL), Renata Tomaz do Amaral Ribeiro (PGDR/UFRGS), Janice Alves Trajano (PPGAnt/UFPEL) e Renata Menasche (PPGAnt/UFPEL; PGDR/UFRGS) pelo trabalho “Blogueiras: ensino, pesquisa, extensão e divulgação científica em Antropologia” [ver <http://www.portal.abant.org.br/premio-ensino-de-antropologia/>]. A Comissão Julgadora desta categoria foi formada por Carla Ramos Munzanzu (CEC&T, Presidente), Ana Maria R. Gomes (UFMG) e Tiago Duque (UFMS).

Em segundo lugar, a continuação dos trabalhos do **Fórum das Coordenações dos Cursos de Graduação em Antropologia**, criado em 2020, durante a 32ª. RBA [http://www.aba.abant.org.br/files/20201203_5fc962e076a03.pdf]. O objetivo do Fórum é partilhar experiências e os desafios da formação em Antropologia neste nível. Se até o início dos anos 2000, a formação em antropologia no Brasil restringia-se à pós-graduação, agora existe um apelo urgente para ampliar nosso trabalho e apoiar os esforços envidados nesse sentido. Como foi apontado na moção de criação do Fórum na 32ª. RBA, observamos que os cursos estão enraizados nas realidades locais dos vários campi, alguns abertos por iniciativas de interiorização do Ensino Superior, com presença numerosa de estudantes indígenas, quilombolas e negros, o que demonstra a vitalidade e importância destes cursos para contribuir para o entendimento e superação de problemas locais e contemporâneos. Infelizmente, o cenário recente de desmonte das universidades públicas e de desvalorização da pesquisa e do pensamento científico, ameaça a continuidade dos cursos, amiúde considerados “pouco produtivos” em suas universidades pelo baixo número de matrículas e formandos. A constituição do Fórum visa criar um espaço de interlocução entre coordenadores dos cursos, para pensar estratégias de valorização e visibilização da graduação em antropologia, de inserção dos egressos no campo profissional, de mobilidade estudantil entre as instituições, de revisão de propostas curriculares, de dupla titulação e de cooperação internacional.

O Fórum reúne, neste momento, 12 cursos de Universidades Públicas no Brasil, criados entre 2004 e 2014, a saber: Universidade Federal do Amazonas– Campus Benjamin Constant, Universidade Federal Fluminense – Niterói, Universidade Federal de Minas Gerais – Belo Horizonte, Universidade Federal da Paraíba – Campus Rio Tinto, Universidade Federal de


Pelotas – Pelotas, Universidade Federal de Roraima – Boa Vista, Universidade Federal do Oeste do Pará – Santarém, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – Campus Redenção, Universidade Federal da Integração Latino-Americana – Foz de Iguaçu, Universidade Federal de Santa Catarina – Florianópolis, Universidade Federal do Sul da Bahia – Porto Seguro e Universidade Federal do Vale do São Francisco -São Raimundo Nonato.

Em terceiro lugar, a **Reunião Inaugural do Grupo de Trabalho Internacional sobre Ensino e Aprendizagem de Antropologia** [*International Working Group on Teaching and Learning Anthropology*], ocorrida em 30 de agosto de 2022, durante a 33ª. RBA. Essa ideia, ainda em andamento, é uma iniciativa da CEC&T, representada pelo seu coordenador, e do Grupo de Interesse em Ensino de Antropologia da Associação Americana de Antropologia, representada por Audrey Ricke (Universidade de Indiana). O grupo de trabalho visa reunir redes antropológicas, comissões e outras organizações de todo o mundo para promover conversas e troca de ideias a respeito do ensino e da aprendizagem de antropologia num contexto internacional. Tem participado das duas reuniões ocorridas até agora, membros e representantes dos seguintes grupos: Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia da Associação Brasileira de Antropologia, Teaching Anthropology Interest Group (TAIG)/American Anthropological Association, Grupo de Trabalho Ensino de antropologia e a formação de antropólogos e antropólogas da Associação Latino Americana de Antropologia, IUAES- Anthropology and Education Commission, Teaching Anthropology Network/Easa, Network for Critical Pedagogy in Canadian Anthropology, World Anthropologies/American Anthropological Association (AAA-USA), Society for Applied Anthropology - Anthropology of Higher Education (USA) e Society for Anthropology in Community Colleges (USA).

Enfim, além das atividades acima elencadas, vale pena mencionar a elaboração da **“Nota da Diretoria da ABA e da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia sobre a participação de portadores de diploma em Antropologia em processos seletivos e concursos públicos na área de Sociologia”**, publicada em 14 de setembro de 2021 [http://www.abant.org.br/files/20210914_6140e86c9780d.pdf]. Também, em parceria com Academia Brasileira de Ciências, a indicação e o apoio na preparação do dossiê para a candidatura de Gersem Baniwa ao **Prêmio Péter Murányi 2021-2022**, na área de educação.

Sem mais, aproveito o ensejo para agradecer Diretoria da ABA, nas pessoas das professoras Patrícia Birman e Cornélia Eckert, assim como à secretaria e ao Comitê de Comunicação e Divulgação Científica da Associação pelo o apoio dado a nossas propostas ao longo dos últimos dois anos. Registro igualmente meu sincero reconhecimento aos colegas da Comissão pelo seu compromisso com os trabalhos até aqui realizados. Desejo, enfim, completo sucesso à nova Diretoria na gestão que se inicia.

31 de janeiro de 2023

A handwritten signature in black ink, reading "Guillermo Vega Sanabria". The signature is fluid and cursive, with a horizontal line at the end.

Prof. Dr. Guillermo Vega Sanabria
Coordenador da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia